

# Programa Mulheres Mil: uma estratégia para a superação da pobreza

## Women's Program Thousand: a strategy for overcoming poverty

Sandyeva Francione Silva Araújo<sup>1</sup>, Márcio Adriano de Azevedo<sup>2</sup>, Daniela Cunha Terto<sup>3</sup>

1 0000-0003-2002-9217, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, sandyevasilva15@gmail.com, 2 0000-0003-1964-786X, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, marcio.azevedo@ifrn.edu.br 3 0000-0003-0307-6572, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, danielaterto@gmail.com

### RESUMO

Este trabalho trata-se de uma análise comparativa entre o III Plano Nacional de Política Para Mulheres, o Plano Nacional de Economia Solidária e o Plano Brasil Sem Miséria, instituído em 2011 pelo Governo Dilma. O cenário da desigualdade no Brasil é escancarado e torna-se mais profundo quando observamos a questão de gênero, e verificamos nos dados estatísticos as mulheres sem renda própria, característica que contribui para a feminização da pobreza. Tem-se como objetivo identificar a coerência nas intenções e estratégias dos planos citados. Nesta realidade, os documentos se relacionam no debate para superação da extrema pobreza das mulheres através dos instrumentos sociais do Estado, como o acesso aos direitos sociais, a qualificação profissional e inclusão produtiva para garantia de renda, ocupando um lugar especial neste diálogo o Programa Mulheres Mil.

**Palavras-chave:** Programa Mulheres Mil; Economia Solidária; Brasil Sem Miséria; Feminização da Pobreza.

### ABSTRACT

This work is a comparative analysis between the III National Policy Plan for Women, the National Solidarity Economy Plan and the Brazil without misery Plan, instituted in 2011 by the Dilma Government. The scenario of inequality in Brazil is wide open and becomes deeper when we look at the gender issue, and we see in the statistical data women without their own income, a characteristic that contributes to the feminization of poverty. The aim is to identify the coherence in the intentions and strategies of the mentioned plans. In this reality, the documents are related in the debate to overcome the extreme poverty of women through the social instruments of the State, such as access to social rights, professional qualification and productive inclusion to guarantee income, occupying a special place in this dialogue the Women's Program Thousand.

**Keywords:** Women's Program Thousand; Solidarity economy; Brazil without misery; Feminization of poverty.

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a condição de desigualdade é escancarada, de acordo com a ONU, o país ocupava em 2010 o 4º lugar no ranking dos países mais desiguais da América Latina. Nesta condição, a população apresenta um abismo que acompanha a divisão de classes, onde grande parte da classe trabalhadora se encontra em situação de pobreza ou extrema pobreza, enquanto uma pequena parcela da população, a classe dominante, detém a maior parte da riqueza no país. Desta forma, “a pobreza no

Brasil necessariamente está vinculada às desigualdades sociais, às diferenças gritantes de distribuição de renda” (GODINHO, 2011, p. 3).

Ao nos debruçarmos sobre a classe trabalhadora, encontramos mais um cenário de desigualdade, reforçado pela divisão sexual do trabalho, denominado de feminização da pobreza, um fenômeno debatido atualmente por autores como Lucas e Hoff (2008), Macedo (2008), Costa *et al* (2005).

A divisão sexual do trabalho determinou histórica e culturalmente, as atividades desenvolvidas pelas mulheres. Por muito tempo estas se concentraram no papel da reprodução, afazeres domésticos, cuidado com a família, obediência e servidão. Ao serem inseridas nas atividades consideradas produtivas (remuneradas), as características usuais para justificar os limites impostos, as seguiram, sendo aceitas em profissões que se aproximavam do caráter dócil e maternal, como a docência, e outras áreas das ciências humanas com o decorrer da história.

Em Costa *et al* (2005) a feminização da pobreza trata-se de uma construção temporal, referenciado por este termo por expressar o vetor gradiente dos aspectos da pobreza no universo feminino. No texto, é considerado que o uso da renda *per capita* como indicador da situação familiar não expressa com precisão a situação de vulnerabilidade da mulher, sendo ela a pessoa de referência econômica da família, ou não.

De acordo com a Base de dados de organismos internacionais, obtivemos o quadro abaixo:

Quadro 01: Pobreza e Distribuição de renda

População de 0 a 14 anos em situação de pobreza	29.7	%	2020
Índice de Feminilidade da Pobreza	118.5	-	2020
População com menos de 1,9 USD PPP por dia	4.4	%	2018
Percentual de pessoas sem sua própria renda			
Homens	16.2	%	2020
Mulher	23.4	%	2020
Razão de renda média quintil 5/ quintil 1	16.5	-	2020
População com renda inferior a 60% da mediana	27.2	%	2020
Índice de Gini	0.52	-	2020
Gasto público social do governo central como % do PIB	22.5	%	2020

Fonte: CEPALSTAT

O quadro trata-se de uma junção das informações disponíveis onde temos, sequencialmente, a discriminação, o índice de classificação, a variável e o ano de referência. Evidenciamos então, a feminicidade da pobreza com o índice de 118,5, segundo a análise do Observatório de Igualdade de Gênero (OIG) da América Latina e do Caribe, os países que apresentam este índice acima de 100 significa a existência de políticas de distribuição de renda que favorecem o sexo masculino, enquanto os índices abaixo de 100 equivalem ao oposto. Dialogando com este dado, temos na indicação de pessoas sem renda própria, no qual o percentual das mulheres aparece mais elevado quando comparado ao percentual dos homens. Corroborando com o debate acerca da feminização da pobreza.

A vulnerabilidade social abarca outros aspectos além da distribuição de renda, mas que estão internamente relacionadas com esta. Figueiredo e Noronha (2008, p. 131) coloca em perspectiva a relação entre a disponibilidade de recursos e o acesso aos provimentos do Estado, sendo a vulnerabilidade a representação de uma consequência negativa desta combinação. Como elemento histórico,

A divisão sexual do trabalho não apenas penaliza as mulheres em termos de renda, tempo e reconhecimento como também afeta negativamente o conjunto da sociedade, uma vez que as desigualdades de participação e rendimento entre homens e mulheres se relacionam fortemente com os índices de pobreza e desigualdade da sociedade (ANDRADE, 2017, p. 2)

No compromisso de mudar esta realidade, em 2011, o Governo Federal, Gestão da Presidenta Dilma Roussef instituiu através do Decreto nº 7.492 o Plano Brasil Sem Miséria, com a intenção de que, através de programas e ações, a população em vulnerabilidade social superasse a situação pobreza. A Economia Solidária participou de sua construção através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), seguindo a diretriz de integração e articulação intersectorial; A Secretaria atuou como instrumento de diálogo entre o movimento de Economia Solidária e o Estado, cumprindo assim os efeitos de sua missão que consistia em, como aponta Silva e Schiochet (2003, p. 72),

- i) Contribuir com o esforço nacional para a superação da pobreza extrema por meio de iniciativas econômicas solidárias de ocupação e renda;

- ii) Contribuir com a capacidade de auto-organização e autogestão de grupos populacionais e comunidades caracterizadas por vulnerabilidades sociais; e
- iii) Fortalecer e expandir a ES como estratégia emancipatória<sup>1</sup> de desenvolvimento sustentável e solidário.

Economia Solidária foi considerada estratégia de fortalecimento e organização da economia popular, e um caminho para inclusão socioeconômica com o trabalho associado e cooperado no desenvolvimento de políticas de inclusão produtiva, como o Programa Mulheres Mil.

A Educação no Brasil carrega consigo um caráter dual, ora vista como estratégia de superação da pobreza, da condição de exploração e de transformação social, ora como mera ferramenta de reprodução da desigualdade. Neste sentido, Yannoulas (2013, p. 18) diz que “Pensar a materialização da política educacional na sociedade capitalista é considerar a existência de conhecimentos construídos socialmente, porém distribuídos e apropriados de maneira desigual, o que reproduz privilégios e discriminações de diversas naturezas.”.

O Programa Mulheres Mil deu início ao seu projeto piloto em 2007, sendo instituído nacionalmente pela Portaria nº 1.015, DE 21 de Julho de 2011 e passando a representar uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria, visando a formação profissional e a elevação da escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social (Art. 1º), trazendo como diretrizes o acesso à educação, a equidade de gênero, a redução da desigualdade social e econômica das mulheres, e o combate à violência contra a mulher. E em 2013 integrou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

É sabido que a educação das mulheres é uma luta diária, seja pelo acesso ou pela permanência. Luta esta que se estende para outras áreas da garantia de vida como a econômica. Assim, busca-se neste trabalho construir um diálogo entre o III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o Plano Nacional de Economia Solidária e o Plano Brasil Sem Miséria, na intenção de identificar a coerência de intenções e estratégias para contribuição do alívio da pobreza para as mulheres, que desagua no Programa Mulheres Mil.

A importância desta pesquisa se justifica na transversalidade no Programa de Educação Profissional para as mulheres, ao incorporar em seus objetivos o exercício da Economia Solidária.

## 2 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada por meio de uma busca ativa, os documentos aqui expostos, Plano Nacional de Economia Solidária, Plano Brasil Sem Miséria e III Plano Nacional de Políticas para Mulheres, foram encontrados nos *sites* governamentais do Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), do Planalto e no site do Observatório de Igualdade de Gênero (CEPAL), respectivamente.

A partir disto, construímos uma análise comparativa da amostra documental, com o objetivo de evidenciar as correlações na discussão acerca da necessidade da atuação social do Estado para superação da pobreza extrema das mulheres, através das políticas públicas.

De acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 2),

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural.

O contexto sociocultural utilizado como referência se delimita na situação de vulnerabilidade e pobreza das mulheres, sendo analisados os recortes textuais de eixos, metas, objetivos e diretrizes em busca das semelhanças no discurso apresentado.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A construção de um Documento orientador para políticas públicas, referenciado ao campo de atuação de seus atores, contribui para que o planejamento e execução destas ações sigam diretrizes coerentes com as necessidades e interesses do seu público-alvo. Apresenta assim, uma possibilidade real para transformação dos sujeitos, partindo do seu perfil social, econômico e político.

O Plano Nacional De Políticas Para Mulheres, aqui nos referimos ao III (2013-2015), traz como objetivo articular ações que visem superar a divisão sexual do trabalho e a pobreza, contribuindo para a participação de mulheres no

desenvolvimento do país, fortalecendo a capacitação destas através do Programa Mulheres Mil.

Prediz a importância da autonomia econômica das mulheres não apenas com a inserção no mercado formal de trabalho (assalariado), mas também a partir de práticas da Economia Solidária como o cooperativismo. Nota-se ao longo do texto, que o Programa Mulheres Mil ocupa um lugar especial como o pilar da Educação Profissional para Mulheres, o que demonstra sua importância ímpar no processo de mobilidade econômica e social.

Como uma das estratégias para geração de trabalho e renda consideradas no PNPM, a Economia Solidária se coloca como a luta pelo Bem Viver, um modo de produção sustentável, justo e digno, antagônico ao modelo econômico capitalista,

Na ES, a valorização social do trabalho implica tanto o desenvolvimento de capacidades de homens e mulheres como sujeitos ativos da atividade econômica quanto a distribuição da riqueza produzida socialmente, expressando uma orientação para a superação da subalternidade do trabalho em relação ao capital (SILVA; SCHIOCHET, 2013, p. 71).

O Plano Nacional de Economia Solidária (PNES) (2015-2019), é um instrumento orientador resultado da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária, e traz em seu texto metas, diretrizes e ações para promoção da educação, produção e comercialização por meio dos instrumentos sociais do Estado.

Prevê a integração de ações nas três esferas de poder nos âmbitos do desenvolvimento rural, da educação e trabalho e emprego, para emancipação socioeconômica dos grupos de exclusão, como é o caso das mulheres. Pauta o diálogo e a consideração da Economia Solidária como estratégia de emancipação a partir da inserção de diretrizes para organização e a participação das mulheres em Empreendimentos Econômicos Solidários; assim como ponderar no processo educativo, com caráter contínuo, a realidade local e as necessidades específicas dos grupos, garantindo o recorte de gênero e buscando a superação da divisão sexual do trabalho.

O movimento de Economia Solidária engloba muitas lutas, e assim, o PNES inclui em seu texto outros grupos para além das mulheres, como juventudes, comunidades tradicionais, quilombolas, LGBTQIAP+, egressos do sistema penitenciário, dentre outros.

Sendo de conhecimento público as necessidades dos cidadãos para garantia da vida, o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) fez parte da Agenda política do Governo Dilma (2011-2016), a ser executado por meio da articulação das três esferas de poder, Federal, Estadual e Municipal, e a sociedade. Destina-se ao desenvolvimento de ações e programas focadas na população em situação de pobreza e extrema pobreza.

Nesta população, encontram-se comumente os grupos de exclusão mencionados no PNES, público prioritário do BSM. Logo, objetiva-se a superação desta condição de vida promovendo o acesso à serviços públicos, qualificação profissional, e garantia de renda.

O BSM preconiza a ocupação e geração de renda como um dos objetivos, e apesar desta ser um eixo estruturante na situação de vulnerabilidade, não é a única que a caracteriza. Os direitos sociais englobam outras dimensões constituintes da vida digna, “também padecem de insegurança alimentar e nutricional, baixa escolaridade, pouca qualificação profissional, fragilidade de inserção no mundo do trabalho, acesso precário à água, à energia elétrica, à saúde e à moradia, entre outras privações.” (CAMPELLO; FALCÃO; COSTA, 2014, p. 130)

No eixo de inclusão produtiva está inserida a oferta de qualificação profissional para geração de renda e trabalho de forma justa e sustentável. Neste sentido, o Programa Mulheres Mil é contemplado no BSM como uma das ações específicas de grupo e moldada na realidade do seu público, em conformidade com o III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, e como requer o Plano Nacional de Economia Solidária.

Atentamos para a indicação temporal de cada plano, o BSM foi instituído em 2011 prevendo ações e programas, para superação da extrema pobreza da população geral que se encontrasse nesta situação, e estes frutos continuam em desenvolvimento e execução, como é o caso do Programa Mulheres Mil. O III PNPM foi construído dando continuidade ao I e II PNPM, estabelece prerrogativas e caminhos que integram o andamento da execução do BSM, seu período de referência é 2013-2015. O PNES foi publicado visando o período 2015-2019, sendo a SENAES reduzida a diretoria em 2016.

A vigência do PNES ocorreu posteriormente ao PNPM, no entanto, a harmonia de seus objetivos e diretrizes, demonstra o diálogo social que existe entre

os movimentos. Ambos estão contemplados no compromisso firmado e no processo de execução do BSM, possibilitando assim, a contribuição social para avaliação e readaptação de suas ações.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura e análise dos documentos postos nos permitiu compreender a importância do compromisso do Estado para com a vida do povo, e a necessidade de que se mantenha na Agenda política não apenas as políticas de assistencialismo, mas aquelas as quais preveem como resultado a emancipação, como complemento.

O Brasil Sem Miséria providencia as bases legais para o planejamento das políticas públicas para grupos prioritários. Estes grupos constituem movimentos sociais que pautam mudança social e qualidade de vida, em concordância com esta unidade, observamos no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e no Plano Nacional de Economia Solidária a coerência social e o diálogo de estratégias para emancipação das mulheres e superação da feminização da pobreza, elucidando objetivos comuns e ações que se relacionam diretamente com a Educação Profissional humana e integral, como se propõe a ser o Programa Mulheres Mil.

#### REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luíza Lobato. **Gênero, bem-estar social, desigualdade e pobreza: políticas para uma nova divisão sexual do trabalho produtivo e reprodutivo na América Latina.** In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos.** 2017. p. 1-13. Disponível em: [1499469467 ARQUIVO ArtigoFazendoGenero-modelocongresso\\_07jul.pdf \(dype.com.br\)](http://1499469467.ARQUIVO.ArtigoFazendoGenero-modelocongresso_07jul.pdf(dype.com.br)). Acesso em: 20 de set. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011.** Institui o Plano Brasil Sem Miséria. Disponível em: [Decreto nº 7492 \(planalto.gov.br\)](http://Decreto%20n%27492(planalto.gov.br)) Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. **I Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019).** 44p. Conselho Nacional de Economia Solidária. Disponível em: [Plano Nacional de Economia Solidária.pdf \(mte.gov.br\)](http://Plano%20Nacional%20de%20Economia%20Solidaria.pdf(mte.gov.br)). Acesso em: 19 de set. 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** 114p. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.  
CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia Vieira (Org.). **O Brasil Sem Miséria.** 1. ed. Brasília, 2014. 848p.

CEPALSTAT. **Databases and Statistical Publications**. Disponível em: [Perfil nacional social-demográfico: Brasil - CEPALSTAT Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas](#). Acesso em: 21 de set. 2022.

COSTA, Joana *et al.* A Face Feminina da Pobreza: Sobre-Representação e Feminização da Pobreza no Brasil. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA**, n. 1137, Brasília, 2005. Disponível em: [Microsoft Word - TD 1137.doc \(ipea.gov.br\)](#). Acesso em: 20 de set. 2022.

FIGUEIREDO, Ivanilda; NORONHA, Rodolfo. A vulnerabilidade como impeditiva/restritiva do desfrute de direitos. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**. n. 4, Vitória, jul/dez. 2008. (p. 129-146). Disponível em: [\(PDF\) A vulnerabilidade como impeditiva/restritiva do desfrute de direitos \(researchgate.net\)](#). Acesso e m: 19 de set. 2022.

GODINHO, Isabela Cavalcante. Pobreza e desigualdade social no Brasil: um desafio para as Políticas Sociais. *In: 2ª Conferência de Desenvolvimento*, 2011, Brasília. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**. 2011. p. 1-10. Disponível em: [Microsoft Word - Área 2 - Artigo 31 \(ipea.gov.br\)](#). Acesso em: 20 de set. 2022.

LUCAS, Luciane. HOFF, Tânia. **Formas sutis de dominação hierarquizada: corpo e feminização da pobreza**. *ex æquo*, n.º 17, 2008. (p. 133-154). Disponível em: [n17a09.pdf \(scielo.pt\)](#). Acesso em: 20 de set. de 2022.

MACEDO, Márcia dos Santos. **Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza**. *Cad. CRH*, V. 21, n. 53, Salvador, 2008. (p. 389-404). Disponível em: [Marcia Macedo.pmd \(scielo.br\)](#). Acesso em: 19 de set. 2022.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano 1, n° 1, julho, 2009. Disponível em: [Analise Documental-with-cover-page-v2.pdf \(d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net\)](#). Acesso em: 17 de set. 2022.

YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). **Política Educacional e pobreza: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada**. Brasília: Liber Livro, 2013. 281p.

**Submetido em:** 31/08/2022

**Revisões requeridas em:** 10/09/2022

**Aprovado em:** 10/11/2022

## **SOBRE OS AUTORES**

**Sandyeva Francione Silva Araújo**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2002-9217>, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte; Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, Bolsista DIPEQ/CNAT/IFRN - Edital 03/2022. Licenciada em Física (IFRN), Mestranda em Educação Profissional (IFRN) e militante da Economia Solidária. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4501301808175375>. E-mail: sandyevasilva15@gmail.com

**Márcio Adriano de Azevedo**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1964-786X> Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte; Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (IFRN). Doutor e Mestre em Educação, Especialista em Processos Educacionais e graduado em Pedagogia (UFRN). cursou estágio Pós-Doutoral (2013-2014), pela Universidade do Minho/Portugal. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2689467070016983>. E-mail: marcio.azevedo@ifrn.edu.br

**Daniela Cunha Terto**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0307-6572>, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte; Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (IFRN). Graduada em Pedagogia, Mestre e Doutora em Educação (UFRN). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5995982936289626>, E-mail: danielaterto@gmail.com

### **PARA CITAR ESTE ARTIGO:**

ARAÚJO, Sandyeva Francione Silva Araújo; AZEVEDO, Márcio Adriano de. TERTO, Daniela Cunha. Programa Mulheres Mil: uma estratégia para a superação da pobreza. **Educação, Pesquisa e Inclusão**, v. 3, p. 1-10, 2022.